

Nietzsche: por uma irresponsabilidade moral

Nietzsche: for a moral irresponsibility

VAGNER SILVA¹

Resumo: Um dos pontos centrais do pensamento de Nietzsche é a revisão dos valores morais ocidentais, aquilo que o filósofo chamou de transvaloração de todos os valores. Este processo se inicia por uma tentativa, bem-sucedida, de compreender os valores morais como valores históricos, procedimento no qual entra em jogo a genealogia como método. Tal procedimento permitiu ao filósofo constatar que a moral é uma criação humana, que se dá em função não de escolhas deliberadas, mas da estruturação pulsional dos indivíduos. Não havendo uma moral senão aquela que os humanos criaram, e os humanos não tendo a possibilidade de agir de modo distinto do que fizeram, o que resta é uma total irresponsabilidade humana face às ações morais, ou ditas morais.

Palavras-chave: Genealogia. Irresponsabilidade moral. Livre arbítrio.

Abstract: One of the central points of Nietzsche's thinking is the revision of Western moral values, what the philosopher called the overvaluation of all values. This process begins with a successful attempt to understand moral values as historical values, a procedure in which genealogy comes into play as a method. This procedure allowed the philosopher to realize that morality is a human creation, which is based not on deliberate choices, but on the drive structure of individuals. Since there is no morality other than that which humans created, and humans not being able to act differently than they did, what remains is a total human irresponsibility to moral actions, or so-called morals.

Keywords: Genealogy. Moral irresponsibility. Free will.

“La morale est la faiblesse de la cervelle.”

Rimbaud.

Considerado como um dos mestres da suspeita², Nietzsche tornou-se conhecido principalmente pela aparente dureza de alguns de seus pensamentos, como também por seu ceticismo perante alguns dos mais importantes elementos de crença da Filosofia, como a razão e a ideia de causa e efeito, sem as quais o pensamento causal e a lógica jamais poderiam ter sido desenvolvidos; a democracia, e o pressuposto dos direitos iguais, que lhe dá base; e também, dentre tantos outros, a moral, e seu pressuposto fundamental, sem o qual ela perderia a importância: o livre-arbítrio.

¹ Universidade Federal de Rondônia. E-mail: vagnerdasilva@hotmail.com

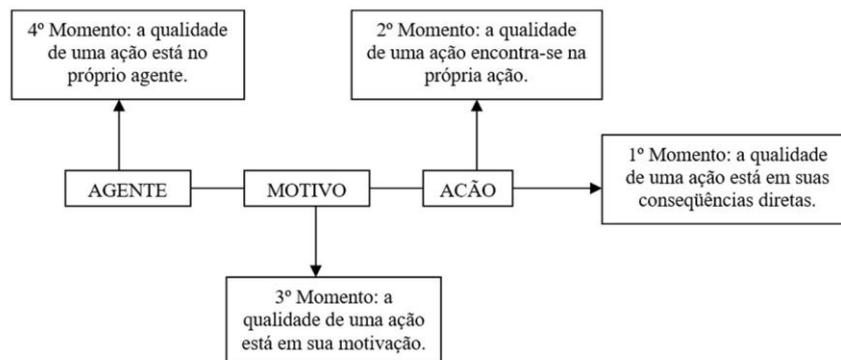
² O termo *mestres da suspeita*, foi criado por Michel Foucault, e refere-se originalmente a K. Marx, S. Freud e F. Nietzsche. Ver: FOUCAULT, M. *Theatrum Philosophicum*. In : *Dits et Écrits*, v. I. Paris: NRF, Éditions Gallimard, 2001.

A maioria dos filósofos ao explicar ou analisar a conduta humana e seus regulamentos pessoais e sociais, baseou-se na ideia do livre-arbítrio, que se constitui na capacidade, ou *faculdade* de escolher suas ações de modo livre, tornando o homem responsável por suas ações. Para Nietzsche o livre-arbítrio sempre foi de grande valia para sistemas jurídicos e religiosos, que se confundem e acabam tendo o mesmo objetivo: responsabilizar o homem por suas ações, tornando possível, deste modo, puni-lo, ou no melhor dos casos, recompensá-lo por ter agido de um modo e não de outro.

Não é possível conceber a moral, a livre capacidade judicativa do bem e do mal sem o artifício do livre-arbítrio, sem ele o apelo ao agir humano perderia seu principal fundamento: a responsabilidade e o mérito da ação. Para Nietzsche a origem da crença no livre arbítrio é histórica e se desenvolveu com a sociedade, passando por diversos estágios até chegar à consciência, ou ao menos lhe ser atribuída. Nietzsche descreve um processo de deslocamento histórico da moral, no qual as ações humanas foram progressivamente atribuídas a um agir consciente e não mais instintivo, conforme se lê em *Humano, demasiado humano I*:

A fábula da liberdade inteligível. – A história dos sentimentos em virtude dos quais tornamos alguém responsável por seus atos, ou seja, a história dos chamados sentimentos morais, tem as seguintes fases principais. Primeiro chamamos as ações isoladas de boas ou más, sem qualquer consideração por seus motivos, apenas devido às consequências úteis ou prejudiciais que tenham. Mas logo esquecemos a origem dessas designações e achamos que a qualidade de “bom” ou “mau” é inerente às ações, sem consideração por suas consequências (...). Em seguida, introduzimos a qualidade de ser bom ou mau nos motivos e olhamos os atos em si como moralmente ambíguos. Indo mais longe, damos o predicado bom ou mau não mais ao motivo isolado, mas a todo o ser de um homem, do qual o motivo brota como a planta do terreno. De maneira que sucessivamente tornamos o homem responsável por seus efeitos, depois por suas ações, depois por seus motivos e finalmente por seu próprio ser. (NIETZSCHE, 2000. p. 47)

O que percebemos aqui é um processo de subjetivação no qual a responsabilidade é transferida de uma avaliação coletiva, para uma responsabilidade individual, na qual o agente passa a ser responsabilizado progressivamente pelas consequências de sua ação, depois pela qualidade de sua ação, em seguida pela motivação da sua ação e por fim por si próprio enquanto agente. Para melhor compreendermos este deslocamento histórico, observemos ao gráfico abaixo:



Fica claro que neste processo de subjetivação, a responsabilidade pelo ato, e conseqüentemente, o julgamento acerca de sua qualidade (se bom ou mau), é deslocado na direção do agente. No primeiro e segundo momentos, o agente não pode ser responsabilizado por suas ações, nem pela qualidade delas, pois os juízos acerca desta ação não lhe pertencem, como tão pouco o controle sobre eles. Se o agente não é capaz de prever o que sua ação acarretará, não se pode dizer que sua ação foi livre, não há liberdade de ação sem o conhecimento das conseqüências da ação. Quando a ação triunfa ou fracassa, o que se comemora ou pune não é o indivíduo, mas as conseqüências da ação, e posteriormente a própria ação independente de suas conseqüências.

No terceiro e quarto momentos têm-se a gênese dos valores morais e da ideia de livre-arbítrio, pois no terceiro momento, quando se atribui a qualidade da ação às motivações do agente, acredita-se que a vontade do agente preferiu os motivos que o levaram à ação aos que não o teriam levado à ação. Ou seja, ele foi responsável pela ação, mesmo que não pudesse prever suas conseqüências, a partir deste momento, também se analisa as suas motivações como boas ou más, o agente passa a ser responsável também por seus sentimentos, não mais apenas pela qualidade de suas ações e as conseqüências que delas decorrem.

Foi neste deslocamento histórico da moral então que surgiu a ideia de que uma ação era motivada por uma vontade, vontade que ao ser exercida era livre para escolher entre conjuntos de ações com conseqüências distintas, mas não o fez, ou em o tendo feito escolheu por uma em especial, pela qual será louvado ou punido. Deste modo pensou-se que a intenção precedia a ação, tornando-se sua pré-história como diz Nietzsche, todavia para o filósofo alemão isso não passa de um preconceito.

Nietzsche atribui o agir humano a uma rede de “motivações” bem mais complexas do que apenas a vontade, pois a vontade também é mais complexa e composta do que se tem pensado até então, para Nietzsche, o simples conhecimento da ação e suas conseqüências não é suficiente para compreendê-la, isso vale para

todos os atos humanos, especialmente os atos morais. O que então motivaria o agir humano? As pulsões (Trieben). Para Nietzsche o ser humano ainda não perdeu parte de sua natureza animal, ela está apenas adormecida, e é justamente esta natureza animal e pulsional que guia o agir humano.

Nietzsche via a origem das ações humanas nas pulsões que ainda nos restam, mas que foram sublimadas pela moral. Para ele estas pulsões não são boas ou más, são totalmente destituídas de qualquer valoração moral, sendo mesmo possível que uma mesma ação pulsional, em culturas diferentes ou mesmo na mesma cultura, mas variando a situação, receba uma valoração moral distinta, às vezes, até mesmo oposta.

Os instintos transformados pelos juízos morais. – O mesmo instinto torna-se o penoso sentimento da covardia, sob efeito da recriminação que os costumes lançaram sobre tal instinto; ou o agradável sentimento da humildade, caso uma moral como a cristã o tenha encarecido e achado bom. Ou seja: ele é acompanhado de uma boa ou de uma má consciência! Em si, como todo instinto, ele não possui isto nem um caráter e denominação moral, nem mesmo uma determinada sensação concomitante de prazer e desprazer: adquire tudo isso, como sua segunda natureza, apenas quando entra em relação com instintos já batizados de bons e maus, ou é notado como atributo de seres que já foram moralmente avaliados e estabelecidos pelo povo. (NIETZSCHE, 2004, p. 36)

88

O agir humano então, está sujeito aos instintos, é involuntário, não podendo ser tributado à vontade humana, deste modo, o homem age seguindo as direções que lhe são fornecidas por seus impulsos. Se suas ações são boas ou más, isso não faz diferença, pois estes são atributos que a sociedade dá às ações, mas que não fazem parte de sua natureza. Sendo o agir humano fruto da natureza, ele não é uma escolha livre do homem, e não é possível lhe atribuir qualidades boas ou más.

Para Nietzsche o que nos leva a predicar as ações humanas como boas ou más e não fazermos o mesmo quanto à natureza, a um raio por exemplo, é que temos a crença de que no primeiro, age uma vontade livre, e no segundo apenas uma descarga incontrolável da natureza.

“O homem sempre age bem”. – Não acusamos a natureza de imoral quando ela nos envia uma tempestade e nos molha; por que chamamos de imoral o homem nocivo? Porque neste caso supomos uma vontade livre, operando arbitrariamente, e naquele uma necessidade. Mas tal diferenciação é um erro. Além disso, nem a ação propositadamente nociva é considerada sempre imoral; por exemplo, matamos um mosquito intencionalmente e sem hesitação, porque o seu zumbido nos desagrada; condenamos o criminoso intencionalmente e o fazemos sofrer, para proteger a nós e à sociedade. No primeiro caso é o indivíduo que, para conservar a si mesmo ou apenas evitar um desprazer, faz sofrer intencionalmente;

no segundo é o Estado. Toda moral admite ações intencionalmente prejudiciais em caso de *legítima defesa*: isto é, quando se trata da *autoconservação*! Mas esses dois pontos de vista são *suficientes* para explicar todas as más ações que os homens praticam uns contra os outros: o indivíduo quer para si o prazer ou quer afastar o desprazer; a questão é sempre, em qualquer sentido, a autoconservação. Sócrates e Platão estão certos: o que quer que o homem faça, ele sempre faz o bem, isto é: o que lhe parece bom (útil) segundo o grau de seu intelecto, segundo a eventual medida de sua racionalidade. (NIETZSCHE, 2000, p. 77-8)

O agir humano para Nietzsche sempre é bom, tendo em vista que em seguindo sua natureza, e não o direcionamento racional de uma vontade livre, ele não tem opção por agir de um modo distinto. Assim chegamos à ideia da irresponsabilidade moral: o homem não pode ser responsabilizado por seus atos, pois não age livremente, assim como um leão não pode ser responsabilizado moralmente por comer uma gazela.

Para Nietzsche não há distinção entre o homem e a natureza, este faz parte daquela, é uma de suas espécies. O homem foi o único animal que até hoje rompeu com sua natureza, criando a possibilidade de escolher metas para si e progressivamente dominar seus impulsos. Este processo para Nietzsche se dá através da moral e da razão: a razão habilitou o homem para escolher metas para si, e a moral foi uma destas metas, através da qual ele seria capaz de dominar sua própria barbárie e selvageria. É importante aqui, que não pensemos que este escolher metas para si seja uma ação livre, ele não é! Apenas os homens de natureza mais fortes estão aptos para isso, e neste caso, escolher metas para si, é a própria expressão desta força, quanto aos mais fracos, eles acabam sendo o alvo deste tipo de força, tornando-se alvo das escolhas dos fortes. Mas este processo de autodeterminação do indivíduo é um processo de experimentação, no qual umas metas vão sendo substituídas por outras. Às vezes também é um processo carregado de crueldade, como o próprio Nietzsche afirma:

Ela é simultaneamente uma doença que pode destruir o homem, essa primeira erupção de vontade e força de autodeterminação, de determinação própria dos valores, essa vontade de *livre vontade*: e quanta doença não se exprime nos selvagens experimentos e excentricidades com que o liberado, o desprendido, procura demonstrar seu domínio sobre as coisas! Ele vagueia cruel, com avidez insaciada; o que ele captura, tem de pagar a perigosa tensão do seu orgulho; ele dilacera o que o trai. Com riso maldoso ele revolve o que encontra encoberto, poupado por algum pudor (...). (NIETZSCHE, 2000, p. 10)

É importante que não se interprete como cruel o agir do homem forte, cuja força se manifesta na autodeterminação e no traçar metas para si, e muitas vezes obrigar os outros a segui-las, como uma ação moral (sujeita à predicação boa/má), é na verdade, uma ação natural. Para Nietzsche o agir humano sempre é bom, por ser

apenas a manifestação de sua natureza, ou seja, está isento de valores morais; não segue os ditames de uma escolha livre pautada em uma análise racional das possibilidades implicadas no agir. Mesmo o escolher metas para si (entre estas metas a moral), fruto da razão, é a manifestação de uma natureza forte, obedecer e seguir estas metas, quando são imposições exteriores, também não é uma escolha, mas novamente a manifestação de uma vontade, embora fraca.

Nos deparamos então com o que seria a *essência* da ideia de irresponsabilidade moral: o agir humano não é moral, mas natural. A moralização do agir humano é um processo histórico, que tem seu início em um indivíduo (ou vários, até mesmo uma sociedade) de natureza forte, cuja manifestação da força, consiste justamente em escolher metas para si, entre estas metas, em um dado momento histórico, se inseriu a moral do bem e do mal. Estas metas sendo uma criação dos próprios homens (os de natureza forte), e não uma imposição divina e transcendente, não há porque o homem ser responsabilizado por suas ações mais do que se responsabiliza o leão que ataca e devora sua preza.

Se um livre arbítrio não é possível, também não o é um cativo arbítrio, preso nas cadeias da causa e do efeito. Todo agir humano para Nietzsche é instintivo e natural, a moralização é o resultado de um processo histórico, que se inicia a partir da diversidade da natureza, da qual a natureza humana é apenas mais um componente. Só se pode pensar causalmente quando se recorta a natureza, logo não é possível analisar onde começa e onde termina um processo, não é possível se julgar o todo, pois não há nada fora do todo que possua isenção para tal julgamento.

A assunção de uma teoria como a da irresponsabilidade moral traz quase uma humilhação para o homem, pois este via seu maior substrato de humanidade, justamente na capacidade de fazer escolhas morais, e de estas escolhas serem livres, uma vez esta possibilidade negada, ele se encontra novamente em meio à natureza, percebendo inclusive a aceitação e/ou não aceitação de uma moral como elemento desta natureza. Todavia essa natureza não é estática e evolui tentando se aprimorar, por meio de um processo gradual de crescimento que Nietzsche nomeia de Vontade de Poder, que é o próprio movimento da natureza tornando-se mais forte e mais pulsante.

A moral como contra-natureza.

Para Nietzsche a moral surge a partir de um processo gradativo de interiorização, espiritualização, sublimação da crueldade e dos instintos mais agressivos e violentos, processo através do qual, se pode dizer, a natureza aumenta seu domínio, tornando o que era anti-natural em algo natural.

O problema da moral para Nietzsche é saber se ela engrandece ou enfraquece o homem, pois para ele há morais que podem fortalecer o homem, é o caso das morais que não buscam realizar ações contrárias à natureza:

(...) Toda e qualquer posição naturalista na moral, isto é, toda e qualquer moral *saudável*, é dominada por um instinto de vida. – Um mandamento qualquer de vida é preenchido por um cânone determinado de “tu deves” e “tu não deves”; um entrave e uma hostilidade quaisquer são assim postos de lado no caminho da vida. A moral *antinatural*, ou seja, quase todas as morais que foram até aqui ensinadas, honradas e pregadas, remete-se, de modo inverso, exatamente *contra* os instintos vitais. Ela é uma *condenação* ora secreta, ora tonitruante e insolente destes instintos. No que ela diz “Deus observa os corações”, ela diz Não aos desejos vitais mais baixos e mais elevados, tomando Deus como *Inimigo da Vida*... O santo, junto ao qual Deus sente prazer é um castrado ideal... A vida chega ao fim, onde o “Reino de Deus” *começa*... (NIETZSCHE, 2006, p. 36-7)

A hipótese que Nietzsche levanta, é a de que talvez os valores que até hoje foram mais cultuados pela humanidade, não são os mais propícios para a fazer prosperar, ou pelo menos não os únicos é o que se lê em *Genealogia da Moral*:

(...) até hoje não houve dúvida ou hesitação em atribuir ao “bom” valor mais elevado que ao “mau”, mais elevado no sentido da promoção, utilidade, influência fecunda para o *homem* (não esquecendo o futuro do homem). E se o contrário fosse a verdade? E se no “bom” houvesse um sintoma regressivo, como um perigo, uma sedução, um veneno, um narcótico, mediante o qual o presente vivesse como que *às expensas do futuro*? Talvez de maneira mais cômoda, menos perigosa, mas também num estilo menor, mais abaixo?... De modo que precisamente a moral seria culpada de que jamais se alcançasse o *supremo brilho e potência* do tipo homem? De modo que precisamente a moral seria o perigo entre os perigos?... (NIETZSCHE, 1998, p. 12-3)

Esta desconfiança, que podemos chamar de “a suspeita de Nietzsche”, é o ponto no qual se baseia seu questionamento acerca do valor da moral, tanto retroativamente quanto futuramente. Para Nietzsche a moralização do homem resulta de um processo histórico que se inicia e tem seus ápices de desenvolvimento na violência e agressividade, embora seu produto final até o momento, tenha sido justamente a internalização da violência e agressividade.

A moralização do homem começa quando homens ainda de uma natureza forte e totalmente animais fundam o Estado. Não se pense aqui o Estado como uma organização racional baseada em um contrato social, o que Nietzsche quer dizer com Estado é algo mais primitivo. Em suas próprias palavras:

Utilizei a palavra “Estado”: está claro a que me refiro – algum bando de bestas louras, uma raça de conquistadores e senhores, que, organizada guerreiramente e com força para organizar, sem hesitação lança suas garras terríveis sobre uma população talvez imensamente superior em número, mas ainda informe e nômade. Deste modo começa a existir o “Estado” na terra: penso haver-se acabado aquele sentimentalismo que o fazia começar com um “contrato”. (NIETZSCHE, 1998, p. 74-5).

Quando então estas bestas louras se lançam contra populações mais fracas, obedecendo aos impulsos de suas naturezas é criado o Estado enquanto organização social, ocorre também uma ampliação das relações sociais. Esta relação entre conquistados e conquistadores, possibilita o desenvolvimento de duas morais diferentes: a moral dos senhores e a moral dos escravos.

A moral dos senhores para Nietzsche surge de um dizer sim a si próprio de uma afirmação da vida em suas máximas expressões, é uma moral afirmativa. A moral dos senhores está calcada na própria natureza senhorial, ela honra aquilo que é forte, bravo e destemido, ou seja, aquilo que torna nobre, e despreza tudo o que enfraquece o homem, como também as demonstrações de fraqueza: a piedade quando é resultado da incapacidade de punir, o perdão quando resulta da incapacidade de vingar etc... Também a moral dos escravos está calcada na natureza dos escravos, e honra aquilo que os torna escravos: a incapacidade de agir violentamente, a impossibilidade de exercer vingança, em suma, a fraqueza. Mas há na moral dos escravos uma astúcia, fruto da inteligência destes escravos, que é maior neles que nos senhores: que é tornar seu comportamento moral um mérito voluntário, como que uma escolha, atribuir o seu ser fraco, seu ser-assim, a uma escolha voluntária, o que não acontece na moral dos senhores, que se reconhece como fruto da própria natureza.

A moral escrava é uma reação, um dizer não, uma construção negativa que baseia sua existência na negação do outro. Aqui se concebe pela primeira vez o inimigo como mau. Na moral dos senhores é totalmente compreensível que um inimigo seja bom, mais do que isso, é necessário que ele seja bom, pois o bom é o nobre, e um nobre só poderia ter como inimigo outro nobre, caso contrário, haveria rebaixamento de sua força, pois a inimizade resulta da ofensa, e um nobre que se sentisse ofendido por algo abaixo de si (um escravo), perderia de vista o si próprio como medida de todas as coisas, pois para Nietzsche o homem nobre distingue quando odeia. Na moral dos escravos o inimigo é visto como o mau, pois sua definição pessoal de bom (eles próprios), requer um inimigo (o mau, o nobre, o senhor) ao qual se oponha.

Estas duas concepções distintas da moral conviveram juntas por muito tempo, e às vezes ainda convivem, mas sempre houve luta entre elas, e para Nietzsche uma saiu-se vitoriosa: “(...) Sujeitemo-nos aos fatos: o povo venceu – ou

‘os escravos’, ou ‘a plebe’, ou ‘o rebanho’, ou como quiser chamá-lo (...). ‘Os senhores’ foram abolidos; a moral do homem comum venceu” (NIETZSCHE, 1998, p. 28). Face a esta afirmação é necessário que se pergunte: como os fracos sobrepujaram os fortes?

A resposta a esta pergunta está baseada em dois pontos: o primeiro é o número; sendo os escravos e dominados, sempre em maior quantidade que os senhores, seu modo de avaliação se espalha mais rapidamente. O segundo ponto sem o qual o primeiro perde seu sentido, é o modo como as bestas louras, criadoras do Estado, foram traídas por sua própria criação: a criação do Estado significa a derrota final de seus adversários, que agora passam a viver sob seu controle. As descargas tão constantes da força natural através da violência, típica dos bárbaros criadores e organizadores do Estado, foram tornando-se mais raras por falta de inimigos compatíveis. E como, “Em circunstâncias de paz, o homem guerreiro se lança contra si mesmo” (NIETZSCHE, 1992, p. 69), estes homens passaram a investir sua crueldade contra eles próprios, contra seu comportamento, elegeram-se como seus próprios inimigos, só assim poderiam ter inimigos à altura. Como um complemento à impossibilidade de manifestação da força como força, por falta de inimigos à altura, o viver comunitário, ao qual se tinham acostumado, os impedia de descarregar seus afetos mais violentos para fora, pois só deste modo era possível manter a segurança da comunidade, sua natureza então passa a ser constante e progressivamente violentada, a força e violência que antes se manifestavam para fora, começavam a manifestar-se para dentro. Deste modo a força e violência destes homens passam a ser manifestadas contra eles próprios.

Há nesta interiorização da força e da violência um ato contrário à natureza, que se manifesta justamente através destes impulsos, todavia, somente as naturezas mais fortes, seriam capazes de desafiar aquilo que as tornava forte: sua animalidade, e o que dela tinha surgido: a força de seus costumes e tradições. Esta animalidade foi progressivamente enfraquecida. E aí começa para Nietzsche o que foi sempre um dos mais terríveis acontecimentos: a perda dos valores superiores de uma extirpe guerreira. Não se pense, todavia que há a perda e o desaparecimento da força e da crueldade, pelo contrário, eles continuam a existir, sendo cada vez mais internalizados e exigindo dos homens ações totalmente contrárias à sua natureza animal. Este processo foi cada vez mais aparentando a antiga moral dos senhores, à moral dos escravos, pois embora os segundos ajam por impotência e os primeiros por vontade de domar a besta homem, as ações foram tornando-se semelhantes: a vida em sociedade requeria que os mais fortes e violentos, não mais tiranizassem, os escravos nunca tiranizavam; a vida em sociedade exigia que estes homens fortes, não mais destruíssem em seu agir impulsivo guiado por instintos, os escravos nunca destruíam. Note-se que as ações dos senhores vão se aproximando das ações dos servos: eles se tornam benevolentes, piedosos, bondosos... Assim

sendo, os comportamentos da moral escrava, foram tornando-se vitoriosos, embora nos nobres a motivação continuasse sendo distinta.

A anti-natureza da moral insere-se justamente quando os senhores, contrariando seus primeiros códigos de conduta, por necessidade e o hábito de viverem em sociedade, passam a violentar sua natureza com um novo código moral, cujas práticas assemelham-se às do código moral dos escravos. Aquela natureza forte e exuberante vai sendo adoecida, e a crueldade, vai se internalizando, se espiritualizando, não se quer mais tiranizar o outro, mas tiranizar a si próprio, vencer a carne dominar a besta que neles havia. Somente os homens mais fortes poderiam promover esta inversão e superar seus costumes antigos, criando novos. Só a força destas bestas louras, pôde superar a força do costume, fundando um novo costume. Temos ao fim deste processo o enfraquecimento da natureza nestes homens e o surgimento de algo novo: a consciência; pois para Nietzsche a consciência é resultante do processo de interiorização do homem. É importante compreendermos esta inversão dos valores morais, que se deu com a fundação do Estado, pois foi dentro da sociedade que se desenvolveram todas as concepções morais, desde as mais naturais até às menos.

Moral enquanto elemento social

Para Nietzsche a moral é sempre o resultado de tradições sociais, e sempre surge de necessidades. Determinados comportamentos, hoje tidos como morais, foram em um momento do desenvolvimento da humanidade, de extrema utilidade para a manutenção da espécie, ainda hoje, se pode conceber a moral, seja a dos senhores, seja a dos escravos, mais especialmente esta última, como importante para a manutenção da vida, e às vezes até mesmo para sua expansão, é isso que Nietzsche afirmou em um fragmento de 10 de junho de 1887:

(...) a moral tem defendido a vida diante do desespero e do salto para o nada naquelas pessoas e naquelas classes que foram violentadas e oprimidas por *seres humanos*: pois é a impotência diante dos homens, e *não* a impotência diante da natureza, que gera a amargura mais desesperada contra a existência. (NIETZSCHE, 2002, p. 50)

Claro que esta proteção que a moral oferece quando um homem é ofendido e violentado por outro, não seria necessário se também se pensasse o homem como parte desta natureza, mas como se pensa o homem dotado de uma livre faculdade de agir, requer-se a moral como proteção, só ela impede a auto-destruição daqueles incapazes para a vingança. Para Nietzsche, a força de uma moral está na sua antiguidade, quanto mais antiga uma tradição, tanto mais forte a sua capacidade de determinar os comportamentos individuais e coletivos.

Em seu surgimento estes comportamentos hoje tidos como morais, foram de grande utilidade para a manutenção da espécie, todavia, as transformações sociais, que aboliram as condições nas quais tornou-se necessária a criação e imposição deste ou daquele hábito, não aboliram os próprios hábitos, estes perduraram como um elemento mítico, que se afirma pelo juízo “ – Se este hábito, protegeu e favoreceu meus antepassados, também fará o mesmo por mim.” O que se ignora aqui, é que a despeito da antiguidade do hábito, as condições que possibilitaram o seu surgimento foram alteradas. O indivíduo age moralmente, sem se perguntar por quê, este porque é fornecido *aposteriori* da ação.

A história dos sentimentos e das ações morais, não acompanha a dos conceitos morais. Muitos atos, que hoje podem ser conceituados como morais, têm uma história de terror e violência, é o caso da consciência e da própria moralidade, que resultaram de um dos mais violentos processos de transformação que a humanidade conheceu: o seu próprio processo de transformação, sua passagem da total natureza e animalidade para um *status* humano.

Enquanto acontecimento social, a moral mostra um desenvolvimento histórico complexo, principalmente por sua multiplicidade, pois geralmente as mais diversas valorações morais existem lado a lado, como já foi dito. É um processo de construção histórica que passou pelas mais diversas transformações. Toda moral foi o fruto de uma natureza, seja uma natureza fraca e degenerada, seja uma natureza forte, que propõe como meta para si superar a própria natureza, momento no qual a moral torna-se anti-natural. Como para Nietzsche a natureza não é estática, em seu movimento de crescimento, no qual lhe impulsiona a Vontade de Poder, ela se modifica, e em se modificando, também se modificam as valorações morais dela proveniente, como afirma Nietzsche: “*Mudança da moral.* – Há uma contínua transformação e elaboração da moral – ocasionada pelos *crimes com desfecho feliz* (entre os quais estão, por exemplo, todas as inovações do pensamento moral)” (NIETZSCHE, 2004, p. 73).

Dentro desta polissemia de comportamentos morais, o que também distingue um de outro, é o quanto estão embasados na tradição: as morais mais antigas, cujos comportamentos estão mais embasados na tradição, são as mais fortes, conseqüentemente, as que podem requerer os maiores esforços e sacrifícios dos indivíduos. O que não acontece com uma ideia moral mais recente, que ainda não impregnou por inteiro a sociedade na qual surgiu, ou na qual hora se manifesta, as exigências desta moral são brandas e ainda assim, fáceis de serem burladas, só o tempo, e a necessidade, podem dar a um código moral a severidade e o poder de exigir e se fazer cumprir.

A despeito de toda essa polissemia na qual a moral se apresenta e se faz sentir na vida das coletividades e dos indivíduos, ela via de regra tem um efeito semelhante e colaborou do mesmo modo para a sociedade, um destes modos já

vimos, que foi proteger as pessoas, principalmente as mais fracas, do total desespero frente a sua impotência, quando eram feridas, humilhadas e ultrajadas por outras pessoas. Veremos agora, uma outra consequência da moral, sem a qual não viveríamos como vivemos hoje: a domesticação do homem.

A moral e a domesticação do homem

É possível apontar a superação do homem como o ponto central do pensamento de Nietzsche, ponto do qual partem todas as suas ideias, desde o *Nascimento da Tragédia* (1872) até *O Crepúsculo dos Ídolos* (1889). Para o filósofo, essa transformação histórica do homem deve ser vista como um processo constante de superação, pois se a vida não tem um sentido final pré-determinado, caberia apenas ao homem eleger tais objetivos, apenas ele poderia pôr-se o objetivo de se superar, entenda-se que este se por objetivos significa lutar contra a natureza, que não tem objetivo algum segundo Nietzsche, mas somente os homens de natureza mais forte podem iniciar tal luta, somente eles podem ser os criadores e fundadores de metas para a humanidade, e a moral é um destes elementos, destas metas que o homem pôde escolher para si.

A moral tem sido um processo de violência contra o homem, obrigando-o a agir contra sua própria natureza animal. Este processo antinatural protegeu o homem do desespero, ensinou-o a acreditar em mentiras que lhe protegiam. A moral também foi um importante passo no caminho de superação do homem, e via de regra o mais largo e difundido pela terra, Nietzsche chega a afirmar que muito daquilo que consideramos mais refinado e positivo na vida, se deve à submissão à estas leis arbitrárias que os códigos morais impuseram aos homens.

É importante que aqui se ressalte que como Nietzsche não faz um julgamento moral da moral, ele a interpretará como violência contrária a natureza, mas todavia útil em um outro fim: a domesticação do animal homem, claro que para ele este processo poderia ter ocorrido de outros modos, pois não há uma força diretiva da humanidade, que seja extra-humana, e tenha escolhido a moral ao invés de qualquer outro *instrumento*, como por exemplo, a arte.

Para Nietzsche essa transformação se dá principalmente por um processo que poderíamos nomear, seguindo Walter Kaufmann, de sublimação, que nada mais é que a vitória sobre os impulsos e instintos: “A primeira questão, a respeito da auto-superação foi agora respondida: Nietzsche *pintou* o triunfo sobre os impulsos em termos de sublimação” (KAUFMANN, 1960, p. 197. Tradução pessoal).

A sublimação dos impulsos, diretamente ligada à auto-superação, talvez seja o mais importante elemento deixado pela moral para o homem. Os impulsos mais violentos e tiranos, dirigidos para o interior do indivíduo, possibilitaram, o que Nietzsche chama de nascimento da alma humana, ou o processo de interiorização

do homem. Sublimar os instintos significa: dar-lhes um novo direcionamento, fazer com que suas descargas, dirijam-se para outro lado.

Para Nietzsche a moral, enquanto processo anti-natural, conduziu o homem a uma progressiva reavaliação de suas relações e de seus próprios valores, nos quais progressivamente o viver social e gregário, e tudo o que o envolve, foi recebendo mais importância, como também cresceu a importância com a longa duração, não mais o amanhã e o depois de amanhã, o homem passou a preocupar-se cada vez mais com o futuro, o que lhe permitiu construir obras grandiosas, como a própria civilização. Só em face de uma preocupação com a coletividade e com o futuro, se podia desenvolver a confiança, que aliada ao medo, tornou-se o cimento de todo o alicerce social. Todavia este processo no qual o animal homem foi socializado e domesticado, esconde por trás de si um outro processo: a sublimação dos impulsos animais: “(...) Quase tudo a que chamamos “cultura superior! É baseado na espiritualização e no aprofundamento da crueldade – eis a minha tese; esse “animal selvagem! Não foi abatido absolutamente, ele vive e prospera, ele apenas – se divinizou” (NIETZSCHE, 1992, p. 135).

É fundamental que aqui façamos uma distinção entre sublimação e castração: sublimação está diretamente ligada a um impulso vital forte e ascendente, ao que poderíamos mesmo chamar de moral dos senhores, ao impor-se metas e não medir esforços pessoais e coletivos para atingi-las. Já a castração é o símbolo da ausência de forças, de uma vida que destrói justamente o que a poderia fazer crescer, típica da moral dos escravos.

Quando Nietzsche refere-se à besta louca, ele refere-se ao homem dos instintos livres, aos animais/homens de rapina, que não são imorais ou degenerados, pelo contrário, são a natureza em sua forma bruta, seus instintos não foram sublimados, porém não há em Nietzsche uma idealização deles, como afirma Kaufmann: “(...) [César] Bórgia e as bestas [louras] são ambos ideogramas para o conceito de paixão animal insublimada. Nietzsche não glorifica nenhum deles” (Kaufmann, 1960, p. 195).

Poderíamos apontar a diferença fundamental entre castração e sublimação, como a manutenção da força, do impulso: no primeiro caso a força é extirpada, no segundo ela é mantida e redirecionada. A força criadora é este conjunto de impulsos, o aniquilamento deles representa o aniquilamento do potencial criador. Todavia, à medida que as relações sociais se refinam e pacificam, também a manifestação destes impulsos se transforma, a isto o filósofo alemão chamou de sublimação, os instintos não devem ser castrados, mas sublimados:

(...) *aniquilar* os sofrimentos e os desejos, apenas para evitar sua estupidez e as consequências desagradáveis de sua estupidez, se nos apresenta hoje como sendo mesmo apenas uma forma aguda desta última (...). A castração e a extirpação, é instintivamente escolhido

no interior da luta contra o desejo por aqueles que estão demasiado degenerados, demasiado enfraquecidos em suas vontades, para poderem se impor uma medida nos desejos: por aquelas naturezas que têm necessidade de “la Trappe”, dito alegoricamente (e sem alegoria), de qualquer declaração definitiva de inimizade, de um *abismo* entre elas e uma paixão. (KAUFMANN, 1960, p. 195, tradução pessoal).

Novamente aqui a distinção entre um código moral dos escravos e dos senhores torna-se necessária: os escravos precisam castrar seus impulsos para não serem arruinados por eles, pois não são fortes o suficiente para controlá-los, já os senhores, podem dispor destes instintos, e utilizá-los a seu bel prazer. Este controle dos instintos e das paixões é o que demonstra o grau de força e superioridade de um indivíduo, como afirma em um outro fragmento póstumo do período que vai da primavera ao verão de 1888:

O domínio sobre as paixões, *não* seu enfraquecimento ou extermínio! Quanto maior é a força dominadora de nossa vontade, tanto mais liberdade pode ser dada às paixões. O grande homem é grande pelo espaço de liberdade de suas paixões: ele é, porém, forte o suficiente, de modo que faz desses monstros seus animais domésticos... (NIETZSCHE, 2002B, p. 50)

Percebe-se que a sublimação está diretamente ligada à moral, e torna-se um elemento anti-natural no comportamento humano, trabalhando para a própria ampliação da natureza. Para Kaufmann a compreensão da sublimação é fundamental para que se pense a auto-superação do homem, que para ele se realiza em termos de superação e recriação da natureza, o que a sublimação dos impulsos possibilita.

Para Kaufmann a auto superação depende de uma escolha de tipo dualista, e que deve ser feita pelo *eu*:

(...) “Auto superação” é concebível e tem significado quando o Eu é analisado sob a perspectiva de duas forças, tais como razão e inclinação. Fora desta dualidade, fora do panorama de uma força superando e controlando uma outra, auto superação parece impossível. (KAUFMANN, 1960, p. 186, tradução pessoal).

Para Kaufmann há uma vontade racional, que escolhe superar estes instintos e sublimá-los. Porém Nietzsche não admite a existência do arbítrio livre, pois ações humanas são sempre motivadas por sua própria natureza, não havendo uma vontade racional e diretiva por trás do agir. Como então seria possível, nestes termos, a ideia de sublimação? Quem sublima o quê? O engano de Kaufmann é cindir a natureza em duas: uma parte que é sujeito (racional, a vontade), a outra que é objeto (irracional, os instintos). Para Nietzsche a separação sujeito/objeto é meramente didática, gramaticalmente válida, mas isso não quer dizer que o mundo

se comporte de acordo com as gramáticas. A explicação de Kaufmann é gramatical: se algo acontece (sublimação), algo deve ter agido para que acontecesse (sujeito). Outro problema desta explicação é a dicotomia razão/instinto, para Nietzsche a razão também é instintiva, o que impossibilita a separação proposta por Kaufmann entre instinto e razão:

(...) a maior parte do pensamento consciente deve ser incluída entre as atividades instintivas, até mesmo o pensamento filosófico; aqui se deve mudar o modo de ver, como já se fez em relação à hereditariedade e às “características inatas”. Assim como o ato de nascer não conta no processo e progresso geral da hereditariedade, também “estar consciente” não se opõem de algum modo decisivo ao que é instintivo – em sua maior parte, o pensamento consciente de um filósofo é secretamente guiado e colocado em certas trilhas pelos seus instintos. Por trás de toda lógica e de sua aparente soberania de movimento existem valorações, ou, falando mais claramente, exigências fisiológicas para a preservação de uma determinada espécie de vida. (NIETZSCHE, 1992, p. 11).

Para Nietzsche a sublimação não é voluntária, vemos isso quando analisamos o caso das *bestas louras*, o que as levou a buscar a sublimação não foi uma escolha, foi justamente a falta de escolhas: sua natureza guerreira precisava se manifestar, precisava de inimigos a altura, como todos seus inimigos já haviam sido derrotados, restou-lhe lutar contra si mesmas, tentar vencer a si mesma. Todavia neste processo de sublimação, o que ocorre para Nietzsche é uma disputa entre as próprias pulsões, entre os instintos, o instinto mais forte torna-se o dominador de todos os outros, e este instinto passa a guiá-los, essa pulsão vencedora é a responsável por manter as demais sob controle, buscando não aniquilá-las, mas utilizar-se delas. Neste processo também não há uma consciência racional e livre fazendo tais escolhas, elas acontecem por processos de tentativa e erro através dos quais a natureza vai buscando expandir-se cada vez mais. Falando sobre esta disputa pelo *poder* entre os instintos, Nietzsche afirma em dois de seus fragmentos póstumos do período que vai do outono de 1885 ao outono de 1887:

Nossas necessidades são *aquilo que interpreta o mundo*: os nossos instintos e seus prós e contras. Cada instinto é uma espécie de ânsia de dominar, cada um tem a sua perspectiva que ele gostaria de impor como norma a todos os demais instintos. (NIETZSCHE, 2002, p. 165).

Todavia, não há aniquilação dos impulsos derrotados:

Não é lutada uma luta pela sobrevivência entre as concepções e percepções, mas pela dominação: - a concepção vencida *não é aniquilada*, mas somente *reprimida* ou *submetida*. Não há *aniquilamento no espiritual...* (NIETZSCHE, 2002, p. 122)

Há todavia o que poderíamos chamar de uma regularidade histórica nesta disputa dos instintos: desde a criação do Estado, quando o homem passou a viver em sociedades mais amplas e complexas, e foi obrigado a viver também pacificamente, ou ao menos, controlar suas descargas instintivas de violência, a razão tornou-se o instinto mais forte no homem, e o que mais tem possibilitado sua sobrevivência e expansão. Embora continue como instinto diretor dos demais, muitas vezes este controle é quebrado, e outros instintos, por muito tempo dominados e reprimidos, conseguem emergir de seu sono, e vindo à tona, provocam atos de barbárie, que a própria razão não é suficiente para explicar.

A sublimação deste modo consiste, em desviar a energia vital que alimenta apenas um impulso (o impulso tirano), e permitir que ela alimente outros impulsos. Deste modo, se tem a manutenção da força. Tomemos como exemplo novamente, o caso das bestas louras: a energia vital de sua Vontade de Poder, que alimentava os instintos mais bárbaros, ligados à guerra e destruição, foi canalizado em direção a um ou vários outros instintos, como por exemplo o instinto de criatividade, controle, dominação, organização etc. Este desvio de força para estes impulsos, alimentando-os com uma nova força vital, possibilitou então, a construção do Estado. Assim sendo, a sublimação aparece para Nietzsche, como manutenção e redirecionamento da força vital, nunca sua castração e esvaziamento. Corroborando esta ideia, a seguinte citação de Nietzsche, na qual a mentira aparece como o caminho pelo qual se desvia a energia do impulso tirano que se quer enfraquecer, e com ela favorece-se outros instintos.

Assim a natureza, através de instrumentos aparentemente anti-naturais, dá uma volta sobre si mesma, e acaba por aumentar seu campo de domínio. A sublimação ganha aqui ainda maior importância, em vistas da castração, devido à manutenção da energia que a natureza despendeu contra si própria, e que agora, voltando novamente ao centro do qual emanou, torna a natureza ainda mais forte.

A moral representa deste modo, um movimento da natureza em direção a si própria, através do qual, aumenta seu campo de domínio, pois a natureza, enquanto força vital e pulsante, é pura Vontade de Poder, e busca expandir-se através dos meios que lhe são possíveis (todos os meios! – tendo em vista que a moralidade é apenas um artifício). Assim sendo, o elemento contrário à natureza que se encontra na moral, é a degenerescência, quando a natureza não consegue atingir seus objetivos, que é, para Nietzsche a maior parte dos casos, tendo em vista que a natureza tenta expandir seu domínio através do método de tentativas e erros (mais erros que mesmo tentativas), este processo não é razoável, racional, nem mesmo econômico, ele acontece por meio de tentativas, erros e acertos, e acima de tudo, desperdício.

Referências

- FOUCAULT, M. *Theatrum Philosophicum*. In : *Dits et Écrits*, v. I. Paris: NRF, Éditions Gallimard, 2001.
- KAUFMANN, Walter. *Nietzsche: philosopher, psychologist and antichrist*. New York: Princeton University Press, 1960.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A “Grande Política”, fragmentos*. Introdução, seleção e tradução: Oswaldo Giacóia Jr. Campinas: Departamento de Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH-UNICAMP, 2002 B
- _____. *Além do Bem e do Mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras 1992.
- _____. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras 2004.
- _____. *Crepúsculo dos Ídolos*. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras 2006.
- _____. *Fragmentos Finais*. Seleção, tradução e prefácio: Flávio R. Kothe. Brasília: Editora universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- _____. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *Humano, Demasiado Humano: um livro para espíritos livres*. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras 2000.